

GÊNERO E FILANTROPIA: AS DAMAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO IPAI-RJ (1899-1930)¹

Maria Martha de Luna Freire

Universidade Federal Fluminense

E-mail: mmlfreire@id.uff.br

Letícia Conde Moraes Cosati

Universidade Federal Fluminense

E-mail: leticiacosati@gmail.com

Resumo: O artigo descreve e esboça uma análise preliminar das atividades das Damas de Assistência à Infância, associação filantrópica feminina fundada no Rio de Janeiro no início do século XX, vinculada ao *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (Ipai). O Ipai foi uma entidade idealizada e dirigida pelo médico Arthur Moncorvo Filho a partir de 1899 no Rio de Janeiro, e que rapidamente se replicou pelo território nacional. O papel precursor do Ipai na estruturação da rede de proteção materno-infantil, a qual se institucionalizou na Era Vargas, já foi demonstrado em investigações anteriores (Ferreira e Freire, 2005; Freire e Leony, 2011). Busca-se, agora, contribuir para melhor compreensão do papel desempenhado pelas Damas no funcionamento cotidiano dessa instituição, de forma a subsidiar uma avaliação mais aprofundada da filantropia feminina naquele contexto histórico.

Palavras-Chave: Assistência materno-infantil; Filantropia feminina; Damas de Assistência à Infância; Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro; Moncorvo Filho.

Abstract: This paper describes and outlines a preliminary analysis about the activities of the “Damas de Assistência à Infância”, female philanthropic association founded in Rio de Janeiro at the beginning of XXth century, bounded to the “Instituto de Proteção e Assistência à Infância” (Ipai). The Ipai was an establishment conceived and directed by Dr. Arthur Moncorvo Filho since 1889 in Rio de Janeiro, which was rapidly replicated by the country. The pioneer role of the Ipai in building up a mother and child care networking – which was institutionalized in the Vargas’ Era – was already proved by previous investigations. We aim, now, to concur to a better comprehension of the role

¹ Esse trabalho é produto da pesquisa “Filantropia, assistência à saúde e gênero: o caso das Damas de Assistência no Ipai/RJ (1899-1930)”, desenvolvida no âmbito do Instituto de Saúde Coletiva da UFF. Uma primeira versão foi apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero -10, em setembro de 2013.

performed by the Damas in the daily running of this institution, in order to support a deepener analysis of female philanthropy in that historic context.

Keywords: Mother and child care; Female philanthropy; Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro; Moncorvo Filho.

Filantropia feminina: prática conservadora ou emancipadora?

«Au sens spécifique, en revanche, sont dites ‘philanthropiques’, par opposition aux œuvres religieuses, des œuvres pluralistes (neutres ou interconfessionnelles) étrangères à tout objectif spirituel ou missionnaire.» (DUPRAT, 1996, p. V-VI).²

Referindo-se ao contexto francês, Catherine Duprat (1993, 1996) tece algumas considerações sobre o processo histórico de diferenciação entre caridade e filantropia, embora reconheça que muitas vezes essas duas práticas se confundam. Afirma que, despidas das motivações piedosas da caridade, as práticas filantrópicas seriam ações reflexivas e organizadas visando, sobretudo, ao bem comum e ao progresso moral e social. A autora destaca como características da filantropia a pluralidade das formas de atuação, a ampliação do campo de ação e a escolha reflexiva do donatário segundo critérios de afetividade, reciprocidade e complementaridade. Reforça ainda seu estreito vínculo com a sociabilidade. Considerada assim um gesto de utilidade social, a filantropia é capaz de conferir prestígio aos seus praticantes e, ao contrário do anonimato propugnado pela caridade, torna desejável sua publicidade e até mesmo estimula a competição entre os benfeitores (BELLIARD, 2004, DUPRAT, 1993).

Sanglard (2005) assinala que, no Brasil, a filantropia foi um componente relevante da cultura da elite. Assim como ocorria em relação à caridade, também representava um patrimônio familiar que, nas primeiras décadas do século XX, foi acrescido de um caráter cívico estratégico ao projeto republicano de construção da nacionalidade. Mas, embora prevaleça uma concepção do protagonismo masculino nas práticas filantrópicas, na virada do século XIX para o XX, na Europa, muitas associações criadas pela sociedade civil, destinadas à ação social, tiveram nas mulheres os agentes fundamentais na organização e gestão (DIEBOLT *apud* MOTT, 2005).

A participação feminina em ações filantrópicas vem sendo analisada pela historiografia nacional e internacional sob pontos de vista diversos, e muitas vezes antagonicos, numa tentativa de responder a uma questão mais ampla. Teria a filantropia representado o verdadeiro e mais nobre trabalho das mulheres; uma extensão natural de sua ocupação doméstica; uma missão perigosa pelo risco de masculinização da praticante; ou se reduziu a reforço de padrões sociais de base patriarcal?

Apesar de reconhecida como uma das possibilidades exploradas por mulheres das elites urbanas para ingressar no espaço público, autores como Bes-

2 “Num sentido específico [...] são chamadas filantrópicas, por oposição às obras religiosas, as obras pluralistas (neutras ou interconfessionais) estranhas a todo objetivo espiritual ou missionário.” (tradução livre).

se (1999), Belliard (*op. cit.*) e Wadsworth (1999) interpretaram a filantropia feminina como atividade de menor importância, de conotação subalterna, simples alternativa à frivolidade do cotidiano dessas mulheres ou um contributo para a projeção social de seus pais ou maridos. Esvaziada de qualquer potencial libertário, foi reduzida a estratégia de conotação conservadora para estabilizar a divisão tradicional de papéis de gênero ou ainda uma armadilha que ampliou a submissão das mulheres à dominação masculina.

Para Belliard (*op. cit.*, p. 299-301), o ingresso de mulheres das altas classes inglesa e francesa na esfera pública, via filantropia, tinha como principal objetivo promover controle e normatização das classes populares, visando o apaziguamento dos conflitos sociais decorrentes da industrialização, pois, ao dirigirem suas ações apenas para as parcelas supostamente recuperáveis da pobreza, as filantropas acabariam por reproduzir a tutela que elas mesmas sofriram. Longe de enfrentar as tensões e possibilitar rupturas, o trabalho dessas mulheres contribuiria apenas para uma atualização das chamadas “virtudes familiares” no plano social. Discordando de Belliard, Thane (1991) ponderou que, ainda que circunscrito a temas do âmbito da domesticidade, os encontros entre damas da sociedade e operárias na Grã-Bretanha poderiam ter impactos transformadores, facilitados pela maior proximidade – e até mesmo certa cumplicidade – conferida pelo *status* comum de mulheres. Assim, para a autora, esses encontros representariam também potenciais oportunidades para que essas mulheres, oriundas de camadas sociais tão distintas, pudessem se conhecer, trocar experiências e reflexões, promover a autoeducação, conseguir aliados, enfim, buscar melhorar suas vidas. Embora reconhecesse o alcance limitado do trabalho da maioria dessas associações, Thane ressaltou que tais formas inovadoras de assistência foram tomadas como modelo para as ações de proteção do Estado inglês. Valorizando o potencial revolucionário da filantropia feminina, sugere que o *Welfare State* não teria sido possível sem a contribuição dessas mulheres.

En donnant à leurs pareilles une voix publique, des fonctions publiques, de nouveaux emplois qualifiés dans les services sociaux, elles ont aidé à modifier les rôles traditionnels des femmes, même si le résultat fut inférieur à leur attente (THANE, *op. cit.*, p. 97).³

Na perspectiva de Elliott (2002), a representação positiva de ações benemerentes femininas que dominava a literatura produzida por mulheres na Grã Bretanha do século XIX foi um elemento contributivo adicional para forjar

3 “Dando a seus pares uma voz pública, funções públicas, novos empregos qualificados no serviço social, elas ajudaram a modificar os papéis tradicionais das mulheres, ainda que o resultado tenha sido inferior à sua expectativa” (tradução livre).

uma identificação da filantropia como o “trabalho feminino” por excelência e um caminho respeitável para o ingresso no espaço público.

No que se refere ao contexto sul-americano, os estudos de Donna Guy (2009) mostram um fenômeno semelhante. Apontando a centralidade das mulheres no desenvolvimento do movimento filantrópico argentino entre 1880 e 1955, a autora atribui à filantropia feminina um papel determinante no estabelecimento do *Welfare State* naquele país. Guy sugere que as práticas de benemerência podem ter contribuído para a profissionalização de muitas mulheres no campo do Serviço Social (que foi progressivamente se *feminilizando*), expandindo sua influência na sociedade. O maior poder de voz era percebido, sobretudo, nas manifestações e proposições expressas em ambientes como os congressos panamericanos: essa profissão ofereceu nova autoridade para mulheres latinoamericanas para falar sobre nação, região, e seu impacto na dinâmica familiar (*op. cit.*, p. 137).

Os estudos de Anne Cova mostram que na Europa a filantropia possibilitou a contribuição social de mulheres num contexto de exclusão política, concedendo-lhes a visibilidade que lhes era negada. Analisando associações de mulheres criadas na França, Itália e Portugal do final do século XIX às primeiras décadas do século XX⁴, Cova (2008) identifica uma origem em comum de suas dirigentes: a elite urbana. Ressalta ainda a prioridade conferida às causas filantrópicas por ocasião de sua fundação e, como eixo privilegiado de debates, as tomadas de posição no que se refere a uma legislação de proteção ao trabalho das mulheres.

No caso específico das feministas que integravam o *Conseil National des Femmes Françaises* (CNFF), criado em Paris em abril de 1901, Cova assinala que elas apoiavam tanto os direitos das mulheres ao trabalho, quanto os direitos das mães e a proteção à maternidade. Nas palavras da autora, na tentativa de conciliar trabalho e maternidade, elas “avançam sobre o fio da navalha, ao defenderem o lugar das mães no lar para aquelas que o desejem, ao mesmo tempo em que recusam cair na armadilha montada do regresso ao lar a qualquer preço” (*op. cit.*, p. 593). Para Cova, tais associações, inspiradas na ideia do fortalecimento através da união – ainda que atravessadas por polêmicas e dissensos – constituíram atores políticos relevantes no período.

Na interpretação de Michelle Perrot (1991), a filantropia abriu às mulheres europeias “uma porta sem demasiados conflitos”, uma experiência considerável “que modificou sua percepção do mundo, a ideia que tinham de si

4 Muitas associações foram inspiradas pelo *International Council of Women* (ICH) fundado em 1888 em Washington, EUA.

mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública” (*Ibidem*, p.504-505). Para essa historiadora, a atividade filantrópica constituiu oportunidade única para muitas mulheres de “saírem” de sua esfera, de se expressarem no espaço público, ganharem maior autonomia e se tornarem protagonistas da sua vida. Permitiu que “sob a capa da festa” elas adquirissem conhecimentos em campos variados, como de administração financeira, gestão e comunicação. Tais conhecimentos, até então restritos ao universo masculino, acrescentados às suas experiências práticas, garantiram a essas mulheres o reconhecimento de autoridade e competência, constituindo a base para sua profissionalização. “Ensinar, tratar, assistir: esta tripla missão constitui a base de “profissões femininas” (*Ibidem*, p.508). Segundo Perrot, além de servir como acesso aos domínios da ciência e do trabalho, a filantropia propiciou experiências de liberdade pessoal, de contestação e de mediação de conflitos, e facilitou os contatos entre as mulheres, tornando-se o embrião de uma “consciência de gênero”, possível matriz de uma “consciência feminista” (*Ibidem*, p.510).

No Brasil, foram raros os estudos que desvincularam a filantropia feminina da imagem estereotipada de subalternidade, investigando outras dimensões possíveis, ou ainda como uma oportunidade de as mulheres exercerem a cidadania de forma mais ampla. Ressalvam-se, nesse sentido, os trabalhos de Maria Lúcia Mott (2001; 2005). A autora comenta a tendência de considerar as mulheres meras coadjuvantes nas atividades filantrópicas e de restringir sua atuação à organização de festas e arrecadação de donativos, minimizando o impacto dessas atividades e mantendo no esquecimento seu papel em funções ditas mais nobres, como gestão e administração, e mesmo sua própria profissionalização nesses campos. Analisando a múltipla atuação da médica Maria Renotte em sua clínica de obstetrícia e ginecologia; na pesquisa; na benemerência (em especial na Cruz Vermelha brasileira); e na militância feminista, Mott procura evidenciar a participação feminina na vida pública através da filantropia.

“[...] repensar o papel que essas associações tiveram na transformação da consciência das mulheres e na organização do movimento feminista brasileiro, por favorecer a circulação de ideias e de questionamentos novos, o convívio com outras mulheres, a administração de problemas fora do grupo e o estabelecimento de redes de interesse” (MOTT, 2005).

A proteção à maternidade e à infância constituiu o eixo privilegiado em torno do qual se desenvolveu a filantropia feminina no Brasil desde o final do século XIX. Tal prioridade seguia, no mínimo, uma dupla orientação. De um lado, atendia aos pressupostos que guiavam as relações sociais de gênero, uma vez que tal ocupação era considerada como extensão da função maternal

inerente à natureza das mulheres. De outro, mostrava-se em sintonia com o ideário nacionalista que depositava nas crianças a esperança de progresso e construção da nação. Com a instauração da República, a preocupação com a saúde e a educação infantil, que conformava uma prioridade para os intelectuais reformadores, foi incorporada por mulheres das classes alta e média urbanas, que se engajaram em ações benemerentes de auxílio às crianças pobres ou abandonadas. No ambiente impregnado pelo ideal nacionalista da década de 1920, a filantropia feminina, além de representar o seu “trabalho ideal”, adquiriu conotação de ação patriótica, através da qual as mulheres brasileiras poderiam dar sua contribuição para o progresso da nação (FREIRE, 2006).

Este artigo descreve e esboça uma análise preliminar das atividades das *Damas da Assistência à Infância*, associação filantrópica feminina fundada no Rio de Janeiro no início do século XX, vinculada ao *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (Ipai), entidade idealizada e dirigida pelo médico Arthur Moncorvo Filho. Em trabalhos anteriores, foi apontado o papel precursor do Ipai na estruturação da rede de proteção materno-infantil que se institucionalizou na Era Vargas (FERREIRA E FREIRE, 2005; FREIRE E LEONY, 2011). Busca-se, agora, contribuir para uma compreensão do papel desempenhado pelas Damas no funcionamento cotidiano dessa instituição, de forma a subsidiar uma avaliação mais aprofundada de seu presumido potencial transformador para essas mulheres e para a condição feminina em geral naquele contexto histórico.

O modelo médico-filantrópico do Ipai

Desde o final do século XIX, reformadores republicanos tentavam sensibilizar as camadas mais altas da sociedade brasileira para o enfrentamento do “problema da infância”, representado, sobretudo, pela elevada mortalidade infantil (FREIRE, 2004). Como membros da intelectualidade urbana que assumiu o projeto modernizador reformista, o qual depositava nas crianças a esperança para a construção da nação, médicos e higienistas engajaram-se na luta pela higienização da infância como estratégia redentora, a ser desenvolvida em novos estabelecimentos, de base científica e concepção filantrópica. Dentre esses médicos filantropos, Moncorvo Filho notabilizou-se pela criação de uma instituição assistencial que se tornou exemplar no campo da proteção materno-infantil no Brasil, o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (Ipai) (WADSWORTH, 1999; CARNEIRO, 2000; FREIRE E LEONY, *op. cit.*).

O Ipai não foi a única entidade filantrópica voltada para o público infantil, porém agregou como poucas a ideologia do período, refletindo o pensamento

médico-filantrópico e o papel central representado pela infância no projeto reformador republicano. Espelhou também o *modus operandi* do Estado no enfrentamento de problemas sociais, através do financiamento de instituições privadas de assistência.

Filho do médico Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, considerado por muitos o “pai da pediatria brasileira”, Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) interessou-se inicialmente pela carreira militar, mas não tardou em decidir-se pela mesma profissão do pai. Ainda que fosse seu auxiliar direto na Policlínica das Crianças e herdeiro natural de seu ideário, Moncorvo Filho acabou por desenvolver um modelo institucional e ideológico próprio, que tinha por base o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (Ipai). Fundado em 1899 no Rio de Janeiro, e tendo como fundamentação uma associação expressa entre higiene infantil e constituição da nação, o Ipai em pouco tempo tornou-se referência para uma rede de instituições congêneres posteriormente criadas ao longo do país. Suas metas eram ambiciosas: inspecionar e regular as amas de leite; estudar as condições de vida das crianças pobres; inspecionar as escolas; organizar campanhas de vacinação; fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias; difundir conhecimentos sobre doenças infantis, entre muitas outras (MONCORVO FILHO, 1926).

Moncorvo Filho esperava que suas ideias e instituições fossem incorporadas pelo Estado a um sistema nacional de proteção materno-infantil, mas, mesmo diante das resistências e dificuldades encontradas, não esmoreceu e acabou assumindo a tarefa como uma cruzada pessoal. Insistindo na necessidade de uma coordenação central dos serviços assistenciais filantrópicos, criou, em 1919, o *Departamento da Criança*, órgão concentrador de informações sobre a infância brasileira (WADSWORTH, *op. cit.*; CARNEIRO, *op. cit.*, VIEIRA, 1998, FREIRE, 1991).

Mais do que apenas fundar uma estrutura moderna, de base científica, de assistência à infância, Moncorvo pretendia chamar a atenção da sociedade brasileira para sua responsabilidade para com os futuros cidadãos, apelando não somente para sentimentos piedosos, mas, sobretudo, patrióticos. Com esta finalidade, explorou como poucos a capacidade disseminadora da imprensa periódica, difundindo suas ideias e angariando adesões aos seus projetos. Exemplos dessa estratégia foram a criação da revista *Archivos da Assistência*⁵, em circulação a partir de 1902, e a campanha *Pró Infância*⁶ no jornal *Correio da Manhã*, entre 1905 e 1906. Circulando intensamente no cená-

5 Órgão oficial de divulgação do Ipai, a revista era financiada por anúncios, sobretudo de medicamentos.

6 Breve análise sobre essa campanha está em FREIRE at all, 2004.

rio intelectual europeu e latino-americano, Moncorvo também aproveitava a participação em eventos científicos e culturais para dar publicidade a seus estudos e suas obras e cobrar a intervenção do Estado nesse que considerava um grave problema social: a mortalidade infantil.

O funcionamento do Ipai se desenvolvia por meio de suas várias instâncias, destacando-se o Dispensário, órgão essencialmente prestador de assistência, e a Gotta de Leite, que seguia o modelo francês de consulta+distribuição de leite+conselho.⁷

Em todas essas instâncias, Moncorvo Filho contava com a colaboração da filantropia feminina, em particular das *Damas da Assistência à Infância*.

A Associação das Damas da Assistência à Infância

“O concurso da mulher deve dominar todas as obras de proteção à infância”.
(MONCORVO FILHO. Em torno do berço, 1914, p.90)

A participação de mulheres ocorreu simultaneamente à idealização e criação do Ipai.⁸ Inicialmente elas se organizaram de maneira informal e se distribuíram em comissões distritais com a finalidade de angariar donativos em dinheiro e outros recursos materiais para viabilizar o começo das atividades. Em 14 de julho de 1901, ao ser alcançada a cifra de “pouco mais de cem contos”, o Instituto conseguiu finalmente abrir suas portas, mas o trabalho das filantropas não se deu por encerrado.

Longe de arrefecerem o animo, essas heroínas bem compreenderam a necessidade de redobrar a sua actividade e para maior systematisação de suas energias eis que fundam em 1906 a associação das *Damas de Assistencia á Infancia* com estatutos proprios e fncionando sob a orientação de sua Directoria propria. (A FACEIRA, 1917, s/p)

Moncorvo Filho reconhecia a importância desse apoio e elogiava o espírito abnegado dessas mulheres. Em consonância com o pensamento da época sobre os papéis de gênero, vinculava a atuação das Damas diretamente à natureza feminina, em particular à sua dimensão maternal e de prestadora de cuidados.

É por isso que o concurso da mulher deve dominar todas as obras de protecção à infância. As mulheres estão mais perto das creanças do que nós. Ellas compreen-

7 Para maiores informações sobre a estrutura e organização operacional do Instituto, ver FREIRE e LEONY, 2011. Sobre as características arquitetônicas do Ipai, consultar o verbete específico em PORTO et al, 2009.

8 Apesar das unidades do Ipai criadas em outros estados gozarem de autonomia, elas estavam ligadas à matriz por laços de solidariedade, e também contaram com o apoio de associações de mulheres para o seu funcionamento. No Ipai-BA, fundado por Dr. Alfredo de Magalhães em 1903, receberam o mesmo nome de Associação de Damas da Assistência, e sua primeira presidente foi a Sra. Balbina Pereira Vianna. Já a filial pernambucana, fundada em 1907 pelo Dr. Sabino Pinho, contou com o suporte do grupo denominado Sociedade das Damas de Beneficência, sob a presidência da Dona Edwiges de Sá Pereira.

dem n'as melhor em sua natureza e em suas necessidades, penetrando melhor no mysterio de suas almas. [...] e é por isso que ellas são tambem bem succedidas n'essa obra de alchimia moral que consiste em transformar a miseria, a ignorancia e o vicio na saúde, na virtude e na felicidade. (MONCORVO FILHO, 1914, p.67)

Segundo o estatuto da *Associação das Damas da Assistência à Infância*, aprovado em 5 de Setembro de 1906, era permitida a inscrição em seus quadros de toda senhora de moralidade reconhecida e maior de quinze anos. O artigo 5 do segundo capítulo especificava os requisitos para ingresso:

1.º As que, comparecendo à sessão de instalação, subscreverem os presentes Estatutos:

2.º As que o requererem ou que para isso forem propostas;

3.º As que, pelo seu devotamento pela infância ou pelos seus grandes serviços à associação, o merecerem.

Havia quatro categorias de sócias: instaladoras, contribuintes, protetoras e beneméritas, definidas em função de sua condição financeira ou deliberação pessoal e com obrigações e regalias diferenciadas. Além de desempenhar as funções para a qual fosse eleita e zelar pelo progresso da associação, as sócias deveriam fazer uma contribuição mensal no valor de 2\$, no caso de instaladora ou contribuinte, e de 1\$, se fosse protetora.

O próprio programa do Ipai era o guia das finalidades da associação, a saber:

- Promover os meios de proteger eficazmente a infância pobre, proporcionando-lhe os cuidados de que carecer;
- Angariar objetos que lhe possam ser uteis à vida;
- Incumbir-se, pelo trabalho de suas sócias, da confecção de vestes e do tratamento das crianças, quando enfermas;
- Oferecer às crianças pobres festas e brinquedos por ocasião do Natal, Ano Bom e Reis;
- Auxiliar o Conselho Administrativo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, sempre que este solicitar sua coadjuvação para a fiel execução de seu programa;
- Promover, pelos processos que forem mais profícuos ao fim que de-seja atingir, os recursos de que o Instituto precisar para sua permanente e condigna instalação.

A Diretoria, eleita pela Assembleia Geral convocada a cada dois anos, era composta de Presidente, Vice-Presidente, 1ª e 2ª Secretárias, Tesoureira e

duas Procuradoras, e se reunia em caráter ordinário uma vez por mês. Além da Diretoria, a associação dispunha de doze Comissões, também eleitas nas Assembleias, com extensas e diversificadas listas de obrigações, algumas delas envolvendo habilidades técnicas específicas. A descrição do trabalho desempenhado pelas associadas nessas comissões sugere a necessidade de circulação das filantropas em diversos espaços públicos e contatos com instituições e personalidades de relevo, o que parece ultrapassar uma conotação de mera distração ou despreziosa ocupação de tempo ocioso. À Tesoureira, por exemplo, cabia: ter sob sua guarda e responsabilidade os haveres da associação; fazer os pagamentos autorizados em sessão da Diretoria; escriturar com exatidão e justeza a entrada e saída do dinheiro; organizar mensalmente um balanço da receita e da despesa, afixando-o na sede da associação para que possa ser visto e examinado por todas as sócias. (Estatuto da Associação das Damas de Assistência, Art. 20º).

A Comissão de Sindicância era responsável pela aceitação ou recusa das propostas para a admissão de sócias. À Comissão de contas cabia zelar pela aplicação dos recursos pecuniários da Associação. Era tarefa da Comissão de auxílio às crianças pobres promover sua colocação em casas onde lhes dessem trabalho compatível com a sua idade ou a colocação de seus pais – quando estes fossem considerados dignos de proteção. Já a Comissão de assistência às crianças doentes tinha como incumbência garantir o bom tratamento das crianças internadas no Instituto ou nele medicadas, cuidando do seu conforto, do cumprimento das prescrições médicas e tomando as providências necessárias ao restabelecimento da sua saúde. Era função da Comissão de Vestes cuidar da confecção de roupas para as crianças pobres e também angariar donativos para esse fim. A Comissão de festejos internos deveria promover, uma vez por mês, diversões que possibilitassem tanto a distração quanto a educação das crianças, precedendo as conferências que profissionais do Ipaí ministravam ao público “no intuito de aconselhar às mães pobres o melhor meio de criarem seus filhos” (Estatuto da Associação das Damas de Assistência, Art. 32º). De outro lado, a Comissão de festejos externos se encarregaria da realização de espetáculos em teatros públicos, regatas, corridas a pé ou a cavalo, batalhas de flores, concertos, tômbolas e tudo mais que pudesse redundar em proveito pecuniário para a associação. Essa tarefa complementar a da Comissão de donativos, responsável por angariar donativos, legados, roupas, calçados, remédios, instrumental cirúrgico, material para curativos, entre outros.

A Comissão de previdência tinha a função de promover junto aos poderes públicos a interdição das crianças cujos pais perdessem o pátrio poder, fosse

por embriaguez, roubo, submissão a maus tratos ou a trabalhos exaustivos para sua idade. Além disso, deveria acompanhar o tratamento dos socorridos do Instituto e auxiliar os profissionais do Dispensário nos conselhos às mães pobres, zelando pela sua observância. A Comissão de estudos era incumbida de promover e auxiliar a manutenção das escolas e oficinas que o Instituto criasse, ou, nesse ínterim, instalar na sua sede um curso de estudos preliminares, para ministrar ensino às crianças pobres em idade escolar. A Comissão do prédio destinava-se a angariar donativos, subscrições, cotas mensais, auxílios materiais e serviços técnicos para a construção do prédio que serviria de sede ao Instituto, e auxiliar a construção das sucursais do Dispensário, previstas nos Estatutos do Ipai. Finalmente, caberia à Comissão das Festas do Natal, Ano Bom e Reis as tarefas de organizar Presépio, Banquete, Baile, Distribuição de brinquedos, Árvore do Natal, Bolo de Reis e o que mais fosse necessário para garantir o brilho dessas festividades.

Uma vez eleitas, as Comissões deveriam escolher dentre seus membros uma presidente, que seria responsável pela direção geral dos trabalhos. Nomeariam também uma tesoureira, que se encarregaria dos serviços envolvendo recursos financeiros, e uma secretária, com a função precípua de lavrar as atas das reuniões. Não era incomum que as associadas integrassem os quadros de várias Comissões simultaneamente.

A primeira diretoria e as primeiras comissões da Associação (1906-1907) foram definidas por sorteio entre as senhoras que compareceram à sessão de instalação, e foi composta pelos seguintes nomes: Presidente: D. Bernardina Azevedo; Vice-Presidente: D. Maria Antonieta Castro Cerqueira; Tesoureira: D. Germana Barbosa; 1ª Secretária: D. Chiquita Mello Mattos; 2ª Secretária: D. America Xavier; 1ª Procuradora: D. Engracia Barroso Fernandes; 2ª Procuradora: D. Luiza de Oliveira Figueiredo.

Além de aparecerem com assiduidade nas páginas dos jornais diários e das revistas ilustradas, as Damas dispunham de um veículo próprio de comunicação: o jornal *A Faceira*. Essa publicação divulgava o Estatuto, as notícias da associação e a lista atualizada das sócias. Estampava também fotografias das associadas em suas atividades nas respectivas comissões e em eventos sociais, especialmente aqueles realizados nas dependências do Instituto. Tal atitude estava em sintonia com a necessidade de visibilidade inerente à filantropia, elevando o prestígio social de seus praticantes. Ao estimular a competição, colaborava ainda para a ampliação do número de benfeitores e do volume de doações. De outro lado, conferindo maior visibilidade ao trabalho dessas mulheres, valorizava-o e à condição feminina como um todo.

Outros periódicos divulgavam o trabalho das Damas, refletindo sua inserção pública. O exemplar de outubro de 1901 da revista semanal ilustrada *O Lar Catholico*, por exemplo, exibia a fotografia de D. Guilhermina Moncorvo, enaltecendo sua modéstia e abnegação. Quanto ao Ipai, chamado de Templo da Caridade, era considerado o local onde se praticava a “verdadeira filantropia”, revelando o embaralhamento dos dois conceitos tão comum à época.

Lideradas pela mulher de Moncorvo Filho, D. Guilhermina, as voluntárias da Associação reuniam-se geralmente aos sábados na sede do Ipai para confeccionar enxovais para os recém-nascidos. Elas também ajudavam na assistência às mulheres pobres inscritas no Serviço de Proteção à Mulher Grávida, organização complementar ao Instituto. Se inicialmente poderiam se caracterizar como alegres encontros sociais, tais atividades facilitavam o intercâmbio de ideias e conhecimentos entre dois mundos tão apartados, e posteriormente seriam objeto de intenso processo de profissionalização, conformando os campos da enfermagem, serviço social e educação sanitária.

Constituíam também oportunidades para mulheres se aproximarem de outras práticas distantes do cenário doméstico, como administração, contabilidade e estatística. Além de organizarem todo o movimento financeiro da Associação e realizarem as Demonstrações de Receita e Despesa regulares; a partir do biênio 1907-1908, por exemplo, as Damas assumiram também a responsabilidade pela elaboração das estatísticas dos socorros distribuídos no Instituto.

O reconhecimento social das Damas pode ser aferido pelas referências frequentes e elogiosas que eram atribuídas aos seus nomes ou suas ações. A atividade dessas mulheres era lembrada e enaltecida por Moncorvo Filho na maioria das solenidades realizadas dentro ou fora das dependências do Ipai, através de expressões como “heroínas do bem” (1º Congresso..., 1905, p. 237) ou “abnegadas companheiras de trabalho” (*Idem*, p. 251). Nessa mesma ocasião, Moncorvo afirmou: “A política seria para a mulher uma ocupação estéril e pouco prática; a filantropia seria a sua verdadeira e única função”, reforçando a concepção prevalente de que a filantropia representava o (único) trabalho permitido às mulheres.

Na coluna dedicada à Cruzada pela Infância do jornal *Correio da Manhã*, de dezembro de 1905, o médico conjugou qualidades como a piedade cristã e o dever cívico para caracterizar a filantropia feminina no Ipai. “É um exemplo dignificante esse em que a mulher brasileira toma a vanguarda da cruzada de amparo aos pequeninos indigentes e miseráveis” (MONCORVO FILHO, 1905, p.3). Embora se reconheça o sentimento de compaixão como

a principal motivação de muitas dessas mulheres, a incorporação de um caráter patriótico à missão de conservação das crianças, num contexto francamente nacionalista, aumentava o valor social da contribuição das filantropas. No discurso comemorativo do aniversário de 11 anos do Ipai, as Damas foram saudadas efusivamente: “Salve, na auspiciosa data de 14 de julho de 1912, essas beneméritas Senhoras, sobremodo dignas da veneração e da estima publicas!” (A *Faceira*, 09.02.1920).

Associadas como Beatriz Roberts, Leocadia do Valle e Lincolnina de Iracema Gomes foram destacadas e citadas nominalmente pelo médico em determinadas ocasiões; outras foram convidadas para discursar em nome do Instituto em eventos públicos. Tais oportunidades de exposição pública podiam contribuir para elevar o prestígio social e a valorização do trabalho dessas mulheres.

Em acordo com a cultura da época, algumas filantropas da Associação foram também agraciadas com reconhecimento público ao batizar obras beneficentes – ainda que se utilizasse como referência os nomes de seus maridos. Esse foi o caso, por exemplo, da “Creche Sra. Alfredo Pinto”, criada em julho de 1908, como parte da segunda seção do Ipai (CARNEIRO, *op. cit.*, p. 123). Na festa de inauguração da creche, a Sra. Laura Rosa foi a Dama escolhida para discursar em celebração ao governador do Estado, Dr. Luiz Domingues, ao D. Moncorvo Filho e ao maranhense D. Benedicto Leite, cujos retratos seriam inaugurados no salão de honra do Instituto. (1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, 1905, p.238)

Esposas de membros da política eram candidatas “naturais” a associadas, supostamente como contribuição à promoção social de seus maridos, mas possivelmente refletindo também sua luz própria. Adelaide Maciel Vieira de Melo, por exemplo, era filha do Barão de Maciel e esposa do jurista Alfredo Pinto Vieira de Melo, que ocupou o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Epitácio Pessoa, sendo posteriormente nomeado Ministro do Supremo Tribunal. Adelaide foi presidente da Associação das Damas na segunda diretoria (1907-1909), reeleita seguidamente para a terceira e quarta diretorias, tendo como vice-presidente nessas gestões a Sra. Eugenia Ennes de Souza, esposa do professor da Escola Polytechnica, Antonio Ennes de Souza.

Dentre as filantropas que integravam a associação, encontravam-se também nomes ligados à nobreza, como a Condessa de Santa Marinha, secretária da comissão de auxílio às crianças doentes; a Baronesa de Paranapiacaba, integrante das comissões de donativos e de contas; e a Baronesa de Salgado Zenha, que participava das comissões de Donativos e de auxílio às crianças

doentes no biênio 1911-1913. Ressalte-se ainda a presença de mulheres ligadas ao mundo artístico ou intelectual, como Maria Clara de Cunha Santos⁹, pintora, escritora e conferencista. Além de contribuir exercendo o cargo de primeira secretária da 3ª. Diretoria da Associação (1909-1911), Maria Clara reverteu toda a renda da venda de seu livro “América e Europa” para auxiliar a realização de obras no Ipai.

Já a Sra. Dra. Beatriz Tinoco Vieira, sócia instaladora da Associação das Damas de Assistência à Infância, onde exerceu a função de secretária da Comissão de festas do Natal, Ano Bom e Reis, ocupava também o cargo de chefe do gabinete de cirurgia dentária do Ipai durante o ano de 1912. Essa situação revela a participação feminina em funções técnico-profissionais mais complexas, para além de tarefas consideradas menos nobres, como a costura e o bordado.

De modo geral, as Damas do Ipai agregavam a elite da sociedade urbana, ratificando o prestígio social da filantropia no período, e tal característica era amplamente divulgada, entre outros motivos, como mecanismo de incorporação de novas sócias. O exemplar de outubro de 1911 de *A Faceira* assim caracterizava o quadro de associadas: “Senhoras do que de mais fino possui a nossa sociedade, desde a esposa do Exmo. Sr. Presidente da República, de Ministros, Senadores, Deputados, até as de pessoas outras muito conhecidas em nosso meio.” A matéria também fazia questão de informar as leitoras que a Associação havia sido premiada com “Medalha de Prata” na Exposição Internacional de Higiene, vinculando sua atuação ao universo valorizado da ciência.

Considerações finais

Críticos do modelo assistencial criado por Moncorvo Filho (BESSE, *op. cit.*; WADSWORTH, *op. cit.*) argumentam que a mobilização feminina acionada por seu Instituto representou simples modernização ou reforço à hierarquia de classe e gênero vigente nos primórdios da República. Os autores reconhecem que a Associação das Damas propiciou às mulheres da elite a possibilidade de ingresso na vida pública. Defendem, porém, que as atividades desenvolvidas no âmbito do Ipai restringiram-se àquelas consideradas como extensão natural da função doméstica feminina.

No entanto, uma aproximação com o campo de atuação da Associação das Damas de Assistência revela a inserção de suas integrantes em atividades

9 Maria Clara de Cunha Santos publicou textos e poesias no *Jornal do Commercio*, que a saudou, por ocasião de seu falecimento, como um dos mais brilhantes tipos representativos da cultura feminina no Brasil (*A Faceira*, s/d).

bastante diversificadas e de graus de complexidade variável, ainda que numa escala reduzida. Mesmo práticas essencialmente incluídas no terreno da domesticidade, como a costura e a culinária, quando realizadas coletivamente num espaço institucional, poderiam adquirir nova dimensão, permitir o estabelecimento de contatos potencialmente enriquecedores para o crescimento individual dessas mulheres e contribuir para borrar as presumidas fronteiras entre as esferas pública e privada. Ao favorecer conversas e trocas de experiências entre as mulheres da elite, e delas com operárias e outras mulheres pertencentes a universos sociais tão distantes, esses encontros seriam dotados de um potencial transformador da consciência feminina.

Não é possível, no momento, determinar com precisão o grau de impacto das práticas desenvolvidas pela Associação das Damas de Assistência do Ipai para as mulheres que a integravam. Cabe, porém, considerar a necessidade de aprofundar a investigação nesse sentido, de forma a propiciar novas interpretações para a prática da filantropia feminina no Brasil.

Referências

- 1º CONGRESSO Brasileiro de Proteção à Infância. 2ª Seção: Assistência. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/3_Assistencia.pdf. Acesso em: 2 de jun. 2013.
- A INFÂNCIA da primeira idade no Rio de Janeiro – **Congresso Médico Latino Americano, 1909**. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo3/1_A_infancia_da_primeira_edade.pdf. Acesso em: 04 abr. 2012.
- BELLIARD, Corinne. **Émancipation des femmes à l'épreuve de la philanthropie: la Charity Organization Society en Grand-Bretagne et l'office central des œuvres de bienfaisance en France du XIX^{ème} siècle jusqu'à la guerre** de 1914. s/l, s/e, 2004.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914 -1950**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- COVA, Anne. Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939). In: CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (Eds.). **Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 583-602.
- DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

- GUY, Donna J. **Women Build the Welfare State: Performing Charity and Creating Rights in Argentina, 1880–1955**. Durham: Duke University Press, 2009, p. 137
- DUPRAT, Catherine. **Pour l'amour de l'Humanité – le temps des philanthropes – TOME 1**. Paris: Éditions du CTHS; 1993.
- **Usage et pratiques de la philanthropie – pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cours du premier XIX^e siècle**. vol. 1. Paris: Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale; 1996.
- ELLIOTT, D. W. **The Angel out of the House: philanthropy and Gender in Nineteenth-Century England**. Charlottesville; London: University of Virginia Press, 2002.
- ESTATUTOS do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Ano 1923. 4^a edição com as modificações aprovadas.
- FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria Martha de Luna. Higienismo, Feminismo e Maternalismo: ideologias e práticas de proteção à infância no Brasil, 1899 -1940. **Estudos do século XX**, Coimbra, n. 5, p. 301-315. 2005.
- **Medicina, Filantropia e Infância na Bahia: um Hospital para Crianças (1920-1930)**. In: BARRETO, M. R. N.; SOUZA, C. M. Cruz de. (Orgs.). **História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo: Editora Manole/Editora Fiocruz, 2011, v. 01, p. 103-147.
- FREIRE, Maria Martha de Luna *et al.* Moncorvo Filho e a campanha “Pró-Infância”. **Jornal Brasileiro de História da Medicina**, v. 7, supl. 1. São Paulo: SBHM, 2004.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. Hospital Moncorvo Filho. In: PORTO, Angela *et al.* **História da Saúde no Rio de Janeiro: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808–1958)**. RJ: Ed. Fiocruz, 2008.
- **Mulheres, Mães e Médicos. Discurso maternalista no Brasil**. RJ: FGV/UFRJ, 2009.
- FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), v. 18, p. 199-225, 2011.
- MONCORVO FILHO, Arthur. Em torno do berço: conferência médico-social, realizada em 11 de março de 1914 no cinema Odeon. **Tribuna Médica**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 5, p. 85-106, 1 mar. 1914.

- **Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922.** Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora. 1926.
- Alocação: por ocasião da inauguração do edifício do Instituto de Proteção a Infância do Rio de Janeiro (1931). Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo7/08_Allocucao_por_ocasiao_da_inauguracao_do_edificio_do_In.pdf. Acesso em: 04 abr. 2013.
- MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 -1945). **Cadernos Pagu** (16) 2001: p. 199-234.
- Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. **Cadernos Pagu** (24) jan-jun. 2005, p. 41-67.
- ; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. **O gesto que salva. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância.** São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005b.
- PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **História das mulheres no Ocidente.** vol. 4. O século XX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 502-539.
- PORTO, Angela *et all.* **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).** RJ: Ed. Fiocruz, 2008.
- SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas, Rio de Janeiro, 1920-1940. 2005.** Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.
- THANE, Pat. Genre et protection sociale. La protection maternelle et infantile en Grand-Bretagne, 1860-1918. **Genèses**, déc., p. 73-97. 1991.
- VIEIRA, A. L. Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de pesquisa**, n. 67, 1998, p. 3-16.
- WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos de assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 19, n. 37, p. 103-124. 1999.

Recebido em setembro de 2015

Aceito em outubro de 2015